ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 26 DE JANEIRO DE 2006

ACTA Nº 04

Aos vinte e seis dias do mês de Janeiro de dois mil e seis, pelas 21,30 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia

2 – Alteração aos Estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal

3 – Imputação das Despesas com Pessoal da Associação dos Municípios da Região de Setúbal para 2006

4 – Cedências de direitos de superfície à Associação dos Lares Ferroviários e ao Centro de Ocupação Infantil

5 – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para representação do Município de Palmela na Assembleia Distrital de Setúbal

6 – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

7 – Eleição de Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Natural

8 – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação

9 – Eleição de Representante para integrar o Conselho Local de Acção Social de Palmela

10 – Eleição de Representantes para integrar o Conselho Local de Mobilidade

11 – Eleição de Representante para integrar a Comissão de Toponímia do Concelho de Palmela

12 – Eleição de Representante para integrar a Comissão Concelhia de Saúde

13 – Eleição de Representante para integrar a Comissão Municipal, no âmbito da lei nº. 12/2004 de 30/03

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Engº. Carlos Martins do PS

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sr. Engº. Carlos Martins do PS, justificou falta à sessão por se encontrar ausente do país, tendo a mesma sido considerada justificada. Fez-se substituir por José Manuel da Cruz Silvério que se encontra presente.
- As propostas nº. s 2 e 3 contêm-se um pequeno lapso, onde se lê 25 de Dezembro deverá ler-se 15 de Dezembro.
- Por lapso, e de acordo com o que já foi comunicado por escrito, não foi incluída na Ordem de Trabalhos o ponto referente à proposta de Alteração do Espaço Canal da Via alternativa à EN 379 pelo que solicita a inclusão do referido ponto.

Não havendo qualquer objecção por parte do Plenário a Ordem de Trabalhos passará a ter mais um ponto:

14 – Alteração do Espaço Canal da Via Alternativa à EN 379.

Solicita à Assembleia a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Por se tratar de uma sessão extraordinária não haverá lugar à intervenção do público pelo que de imediato dá início ao período da Ordem do Dia.

1 – Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara ser quer aduzir algum esclarecimento.

Sra. Presidente da Câmara, apresenta cumprimentos. Diz que com esta proposta estão a pedir que se formalize o estar em vigor dos protocolos aprovados anteriormente, até à discussão e aprovação de novos protocolos que deveremos fazer nestes primeiros meses de mandato. Por precaução, e em termos legais, uma vez que o mandato terminou fomos aconselhados a pedir a ratificação à Assembleia para manutenção dos protocolos que existem e estão em vigor mas que estão a terminar.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém quer intervir.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que a bancada do Partido Socialista no que concerne a este ponto vai-se abster porque não participou na elaboração dos protocolos que são uma peça fundamental de gestão, de dinamização das freguesias e, em última análise, a sua essência tem a ver com o bem estar dos cidadãos munícipes que nós devemos servir. No entanto merece um pequeno reparo, lamentar que a Sra. Presidente na campanha eleitoral tenha afirmado que iria alterar o protocolo com a Junta de Freguesia de Palmela caso se verificasse o que se verificou. Caso o Partido Socialista perdesse e a CDU ganhasse a Junta de Freguesia. Lamentamos, porque a Sra. Presidente deve ter tido um lapso de língua, e não podemos deixar de verberar e deixar aqui bem expresso o nosso sentimento. Não é assim que se faz campanha e não é assim que se celebram protocolos. Um protocolo é algo de muito mais que para além de ganhar votos, para além de fazer campanha eleitoral, os protocolos representam o servir da autarquia junto aos cidadãos.

Sr. José Manuel Silvério do PS, apresenta cumprimentos e aproveita para desejar um bom ano de 2006. Quer deixar uma nota prévia em relação à convocação destas sessões. Pensando na presença dos munícipes nas Assembleias acha que se deve prestar um serviço no sentido de informá-los da realização das mesmas, quer sejam extraordinárias quer sejam ordinárias. Quem telefonar para o número da Divisão

Informação da Câmara ninguém sabe informar, por exemplo em relação a esta sessão, que existia uma Assembleia Municipal. Esta Divisão promove as iniciativas da Câmara, se uma Assembleia Municipal não é uma iniciativa da Câmara então o que é uma iniciativa da Câmara. Também quer dizer que no site da Câmara não diz nada em relação à realização das reuniões quer da Câmara quer da Assembleia. Na comunicação social todos ficamos informados que vai haver uma Assembleia de Freguesia na Junta de Freguesia de Pinhal Novo, vai haver uma Assembleia na SFUA, vai haver uma Assembleia aqui e acolá mas sobre esta sessão não há absolutamente informação nenhuma. Isto acontece em muitas outras vezes quando liga para saber da realização das Assembleias e reuniões públicas da Câmara. Acha que o Sr. Presidente da Assembleia concorda consigo quando diz que alguma coisa há a mudar neste sentido, porque os munícipes têm o direito de facilmente serem informados destas sessões. Em relação ao ponto em discussão, em sua opinião, o que está em causa no é o facto é a forma. O facto é que todos os protocolos assinados entre as Câmaras e as Freguesias revestem-se de uma enorme importância para estas e nisso estamos todos de acordo e assinamos todos de cruz, quer no Concelho de Palmela quer nos trezentos e oito concelho do País. Como é conhecido, os meios financeiros que são transferidos da Administração Central para as Juntas de Freguesia são muito poucos, e até para a generalidade das Juntas essas verbas mal chegam para pagar aos funcionários do quadro e aos órgãos eleitos. Para além disso as Juntas de Freguesia têm apenas como receitas próprias a cobrança de taxas por serviços prestados, que como se poderá calcular se não fosse a delegação de competência os executivos das Juntas de Freguesia ficariam remetidos ao papel pouco gratificante de apenas terem de assinar papéis. A forma como estes protocolos são feitos no nosso Concelho, entre a Câmara e as Juntas, na maior parte dos casos são absolutamente injustos. Para as Freguesias e localidades mais isoladas há sempre, e com alguma razão, uma sensação de haver uma atitude de discriminação por parte da Câmara em relação a elas. É que, apesar de ter havido um reforço em 2005 de trinta e um mil duzentos e setenta e um euros, o valor total das competências delegadas nas nossas cinco Freguesias é de apenas um milhão cento e vinte e seis mil quinhentos e oitenta euros. Não está a inventar nada porque são números da Câmara Municipal. Do Orçamento global da Câmara apenas menos de três por cento é atribuído para estes protocolos. Há protocolos a dar muito prejuízo às Juntas de Freguesia e dá como exemplo concreto o protocolo com a Junta de Freguesia de Poceirão, no que respeita à manutenção de aceiros, que no ano passado deu um prejuízo de mais de vinte e cinco mil euros. Estes dados constam do relatório da Junta de Freguesia a que teve acesso por ser membro da Assembleia de Freguesia. Neste caso nem sequer foram contabilizadas as amortizações das máquinas e dos equipamentos bem como os extras, porque senão o prejuízo para a Junta de Freguesia em termos de reparações seria ainda maior. Todos sabemos que se a Câmara tivesse que fazer este trabalhos os custos, para a mesma e

para o erário público, seriam muito maiores por uma questão de peso de máquina estrutural e das deslocações dos equipamentos e do pessoal. Se é verdade que uma autarquia gastando um euro tem maior rentabilidade que um euro gasto pelo Poder Central, pelo Governo, também é verdade que um euro gasto numa Junta de Freguesia tem muito maior rentabilidade que um euro gasto na Câmara Municipal de Palmela. Temos também as preocupações diárias que passam para as Juntas com estas competências, como é o caso dos munícipes que ficam com o caminho cheio de buracos por causa da chuva e vão a correr à Junta para arranjar o seu buraco esquecendo que a niveladora tem também outros caminhos para arranjar. Se não houvesse este protocolo estas pessoas vinham à Câmara. Os protocolos em relação às escolas do 1º. Ciclo também dão prejuízos, porque há um trabalho de apoio permanente das Juntas de Freguesia e dos seus Presidentes não só naquilo que está protocolado, que são pequenas reparações, como num trabalho contínuo, diário e personalizado como é o caso de pinturas que não está protocolado. O despejo das fossas é outro exemplo. Nas Freguesias de Marateca e Poceirão onde existem pessoas a viver em lotes clandestinos, com casas com fossas, que vão às Juntas de Freguesia para que lhes despejem as fossas. Essas pessoas se não houvesse o protocolo viriam à Câmara e a Sra. Presidente teria que dar muitas explicações sobre essa matéria dos clandestinos. Por tudo isto, e apesar dos documentos e da Sra. Presidente dizer que iria ser alterado, o Partido Socialista espera que estes protocolos sejam bastante melhorados, não penalizem tanto as Freguesias. Nesse sentido, e aguardando essa nova melhoria, e tal como foi dito pelo seu líder o Partido Socialista irá abster-se.

Sr. Carlos Guinote do BE, faz um pequeno reparo em relação à necessidade de ser fornecida água aos deputados, a exemplo do que acontece para os membros da Mesa e do Executivo. Em relação à proposta diz que, uma vez que foi eleito recentemente, não está em condições de discutir os protocolos pelo que se irá abster. Não quer deixar de dizer que o Bloco de Esquerda tem divergências importantes sobre a forma e o método como as autarquias gerem os fundos a aplicar nas Freguesias. Não estão de acordo com o método nem com o volume de financiamento para as Freguesias, pelo que na altura própria, quando os protocolos forem discutidos, tomará posição.

Sr. Joaquim Caçoete da CDU, apresenta cumprimentos. Diz que este ponto o toca fundamentalmente uma vez que já foi Presidente de Junta há alguns anos e não existiam protocolos. A CDU foi sempre a força política que defendeu a descentralização e neste caso concretizada em protocolos. Desde o início defenderam que as Juntas de Freguesia eram o primeiro degrau do edifício do Poder Local e que deveriam ter mais meios. Outros municípios se seguiram mas com meios muito mais incipientes dos que hoje estão a ser apreciados. Fazendo suas as palavras de José Manuel Silvério quando

diz que "… os protocolos se revestem de uma enorme importância para as Freguesias e para a populações", refere que é neste sentido que vão votar favoravelmente com a certeza que irão haver algumas melhorias e que, se for cumprida a Lei das Finanças Locais por parte deste Governo, irão concerteza ser transferidos para as Juntas de Freguesia muitos mais meios do aqueles que estão a ser transferidos.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, apresenta cumprimentos. Parece-lhe que o que está a ser discutido não são novos modelos de protocolos nem fluxos financeiros para as Freguesias, mas é apenas uma solução intercalar que mantém um status quo que vem do mandato anterior. Nesse sentido pensa que a altura de discutir melhor o que é que se vai fazer, o que se vai delegar nas Juntas de Freguesia através de protocolos, quais os meios humanos, financeiros, técnicos com que elas vão ser dotadas, será aquela em que a Câmara Municipal trouxer aqui o projectos de novos protocolos. Isto agora é apenas para não interromper uma colaboração que já existe e que foi votada no mandato anterior. O Partido Social Democrata tem uma posição, quer a nível nacional como a nível local, que é de não obstrucionismo como regra geral em qualquer assunto de natureza política. Não entram em coligações negativas, não fazem obstrução por obstrução sob nenhum pretexto. A este respeito gostaria de sugerir uma coisa a todos os deputados aqui presentes que é o seguinte: temos que ter responsabilidade nestas nossas intervenções e quando nós sugerimos um reforço de verba para uma determinada finalidade acha que devemos ser extremamente honestos para dizer também onde vamos sugerir uma redução de verba no Orçamento da Câmara Municipal. Temos que ser claros porque fazer política é definir prioridades, discuti-las e aplicá-las. Termina dizendo que o Partido Social Democrata vai votar favoravelmente a proposta, dado tratar-se de um prolongamento da situação que já hoje existe.

Sr. Presidente da Mesa, antes de dar a palavra à Sra. Presidente quer prestar alguns esclarecimentos em relação a algumas situações que foram faladas. Ao Sr. Carlos Guinote diz que há água para todos e não irá faltar. A José Manuel Silvério quer dizer que em todas as sessões da Assembleia Municipal é feita afixação dos editais nos locais habituais, informamos os jornais Primeira Página, Concelho de Palmela Jornal, Jornal do Pinhal Novo, Rádio Pal, Rádio Som do Pinhal e ainda um jornalista que mora no Pinhal Novo que é correspondente de um jornal nacional, que também trabalha no Setubalense, que é o Paulo Morais. Não sabe se a Câmara no seu site tem essas informações ou não, mas sabe que a Assembleia Municipal publicita sempre. Nesta sessão em concreto não fizemos publicidade paga mas demos a informação a todas estas pessoas, porque todos queremos que a casa esteja sempre cheia. Relativamente ainda a uma consideração feita pelo Sr. José Manuel Silvério, subscrevendo as palavras do Sr. Deputado Bracinha Vieira, diz que aquilo que está hoje aqui em discussão e votação é uma coisa que não tem que

ver com a forma como os protocolos irão ser feitos. Estamos aqui a aprovar uma coisa que vem da vigência anterior.

Sr. Presidente da Câmara, em primeiro lugar diz que gostaria de situar os Srs. Membros da Assembleia relativamente ao objecto concreto desta proposta. Regista todas as opiniões mas com efeitos a serem ponderados sobre os protocolos que irão ter oportunidade de discutir, quer na Câmara quer na Assembleia. A proposta que agora se trás tem apenas como objectivo ratificar e manter em vigor os protocolos aprovados pelo anterior executivo e ratificados pela anterior Assembleia. Apesar de não considerar o tema muito adequado, mas como o seu nome foi citado na qualidade de candidata à Câmara Municipal, solicita autorização para responder. Pensa que o Sr. Dr. Miranda Lemos não usou as palavras mais adequadas, porque a sua expressão na altura dizia que "… os protocolos são celebrados entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia e para além de tudo o mais correspondem à expressão clara de uma vontade política que tem quer ser mútua." O que disse, e continua a pensar, é que tem que haver vontade da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia para estabelecer protocolos. Relativamente ao que conhecia da candidatura de Fernando Baião, agora Presidente da Junta de Freguesia de Palmela, era uma manifesta e expressa vontade de alargar e aprofundar os protocolos. Pela sua parte, quer enquanto candidata quer agora enquanto Presidente da Câmara, a disponibilidade é total e teremos oportunidade com eleitos da Junta de Freguesia de Palmela de discutir o aprofundamento e eventual alargamento do protocolo actualmente em vigor, como de resto faremos com as demais autarquias.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com 19 votos a favor (15 da CDU, 4 do PSD) e 7 abstenções (6 PS e 1 do BE). Aprovado em minuta.

2 – Alteração aos Estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal para 2006

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém quer intervir.

Não havendo intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

3 – Imputação das Despesas com Pessoal da Associação dos Municípios da Região de Setúbal para 2006

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém quer intervir.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, pergunta se esta verba significa algum encargo para a Câmara Municipal.

Sra. Presidente da Câmara, diz que não significa encargo para a Câmara Municipal, porque esta verba sai do Orçamento da Associação de Municípios que é constituído pelas comparticipações dos municípios. Significa sim uma afectação aos encargos que a Câmara Municipal de Palmela pode fazer em matérias de Despesas com Pessoal, ou seja temos que ter em consideração que à nossa despesa directa com Pessoal temos que somar sempre esta despesa, que é o valor teórico da nossa comparticipação junto da Associação de Municípios para efeitos de quadro de Pessoal. A nossa capacidade limite de distribuição de Despesas com Pessoal é afectada por esta verba.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

4 – Cedências de direitos de superfície à Associação dos Lares Ferroviários e ao Centro de Ocupação Infantil

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém quer intervir.

Não havendo intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

Sr. Presidente da Mesa, sugere ao Plenário que a discussão do ponto nº. 14 se faça de imediato, para em seguida se efectuarem as votações referentes às representações.

Não havendo qualquer objecção passou-se de imediato ao ponto nº. 14.

14 – Alteração ao Espaço canal da Via alternativa à EN 379

Sr. Presidente da Mesa, pergunta quem quer intervir.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, apresenta cumprimentos. Relativamente a esta proposta diz que lhe surgiu uma dúvida. Segundo entendeu foi delimitada a trajectória da plataforma viária e a partir desta plataforma viária foi considerada uma faixa de cem metros para ambos os lados e nalguns troços duzentos metros para ambos os lados. Entendeu que o que está em questão é de facto a alteração dessa trajectória viária que vai fazer a correcção na faixa. Pergunta se essa nova alteração da plataforma é feita porque no traçado anterior existem actualmente construções clandestinas ou não. Gostava, se possível, que esta questão fosse cabalmente respondida porque dela depende o sentido de voto do PSD.

Sra. Presidente da Câmara, diz que não entendeu muito bem a questão.

Sr. Presidente da Mesa, diz que se pretende saber se esta questão tem a ver com a existência de construções clandestinas no local.

Sra. Presidente da Câmara, diz que não sabe responder com exactidão. Pode dizer que o traçado que agora é definido no seu conjunto, com as curvas que aparecem representadas na própria planta, acontecem apenas por uma necessidade de aferir o território. Em abstracto podem existir construções, pode ser o próprio desenho da via que aconselha essa mancha, mas não pode definir em concreto o que se passa em cada um dos pontos do território.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, refere que na última sessão houve um conjunto de situações levantadas por alguns munícipes presentes que levou à retirada da proposta, por parte da Câmara e da Assembleia que é de louvar, para um melhor estudo. A Câmara e a Assembleia tudo fizeram no sentido de esclarecer esta questão porque quando se mexe em algo que é a terra que pertence a alguém, e onde se está a viver, é muito complicado. Neste momento o Partido Socialista sente-se tranquilo porque houve muito cuidado em esclarecer esta matéria que é muito sensível. O que vamos votar não é um traçado linear mas é sim a capacidade de, dentro do espaço canal, podermos trabalhar. Começamos pelo início para se perceber o porquê disto tudo, a criação de uma via estruturante, a bondade dessa via e daí a necessidade de mexer no espaço canal. Foi preocupação de todas as bancadas, tendo sido elaborado um documento onde se recomenda à Câmara para que tenha em atenção e faça os melhores esforços para minimizar todos os impactes negativos junto aos habitantes que estão na zona do espaço canal. Quando se muda há sempre algo que é prejudicado, dando como exemplo a passagem da A12 por dentro da sua quinta, e as pessoas não gostam disso. Na conversa havida com a Câmara houve a garantia que serão feitos todos os possíveis para que ao trabalharem dentro da zona, que irá ser votada na Assembleia, tenham a máxima atenção para os problemas serem minimizados. Termina dizendo que com estas garantias, e com esta Recomendação, irão votar favoravelmente a proposta.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, reiterando as palavras do Sr. Dr. Miranda Lemos diz que este é um bom exemplo de uma decisão ponderada através do diálogo entre a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal. Em relação a este ponto, e tendo em conta o que já foi dito na última sessão, acha que os valores a ter em causa ao definir o traçado de uma via estruturante como esta têm a ver com valores como a conservação de espaços naturais, perturbar o menos que se possa os interesses dos proprietários que são apanhados por estas vias e também, embora secundariamente, em relação aos interesses económicos, os interesses na criação de empresas e postos de trabalho. Neste caso pensa que estes três factores podem ser equacionados. A verdade é que depois de todos as discussões que tivemos, e que já vêm do anterior mandato, ainda se suscitam algumas dúvidas. Por isso quer dizer que o sentido de voto do PSD só se compreende na medida em que, tendo subscrito uma Recomendação ao executivo, se insiste para que este problema volte a ser levado aos interessados e à Brisa, de forma a que estes interesses municipais que têm a ver com o território, conservação de espaços naturais, interesses económicos e os interesses dos proprietários possam ser maximizados. Aquilo que o Sr. Deputado Fernando Nascimento referiu parece-lhe muito relevante, porque não podemos admitir que o traçado seja definido, e até condicionado, pela existência eventual de clandestinos naquela zona. Supõe que isso não acontecerá, mas gostaria de ver esta dúvida esclarecida mais tarde visto que este processo vai prosseguir.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, em relação à intervenção anterior diz que o Sr. Deputado Bracinha Vieira também assinou a Recomendação no início dos trabalhos. A Recomendação diz claramente "….deixa no entanto a Recomendação ….." mas também no seu início diz "…a Assembleia Municipal vota favoravelmente ….". Assumimos todos nós o ónus, depois de ver a bondade intrínseca deste projecto, de votar favoravelmente e o Sr. Deputado ao assinar validou. Não compreende como é que da bancada do PSD, depois do Sr. Deputado ter assinado a Recomendação, diz que poderá rever o seu sentido de voto se não fosse esclarecido. Deveria ter colocado essa reserva, que foi muito bem posta, como ponto prévio antes de ter assinado o documento porque nestas coisas temos que ter muito cuidado e muito rigor.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, tanto quanto lhe parece, não tendo a Recomendação consigo, que o texto diz "… esta Assembleia Municipal vota favoravelmente …." Não se diz que todos os deputados do PSD ou de outro qualquer partido vota favoravelmente. Acha esta Recomendação muito importante e o sentido de voto do PSD só se pode compreender em ligação com esta Recomendação.

Sr. Presidente da Mesa, sintetizando diz que da reunião havida com a Câmara Municipal saiu a ideia de se fazer uma Recomendação que irá passar a ler e que ficará apensa à acta.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com 22 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS e 1 do BE) e 4 abstenções do PSD. Aprovado em minuta.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, ainda em relação ao ponto nº. 14 mostra a sua indignação pelo facto do PSD se ter abstido na votação, quando anteriormente todos os partidos representados assumiram que iriam votar favoravelmente a proposta e para tal assinaram a Recomendação.

Sr. Presidente da Mesa, informa que irá dar início ao processo de votação, por escrutínio secreto, das várias representações.

Sr. José Manuel Silvério do PS, pede escusa na votação dos pontos 5 e 7 uma vez que a pessoa em causa é seu familiar.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, no que respeita ao ponto nº. 9 solicita que, em relação ao representante suplente, em vez de se mencionar o nome de António José Santos se mencione "*um elemento a designar pela bancada do Partido Socialista".*

5 – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para representação do Município de Palmela na Assembleia Distrital de Setúbal

Aprovado por maioria, por escrutínio secreto, com 19 votos a favor, 1 voto contra e 5 abstenções a eleição do Sr. José da Cruz Silvério.

6 – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Aprovado por maioria, por escrutínio secreto, com 23 votos a favor, 1 voto contra e 2 abstenções a eleição do Sr. Faustino António Custódio dos Santos.

7 – Eleição de Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Natural

Aprovado por maioria, por escrutínio secreto, com 20 votos a favor e 5 abstenções a eleição do Sr. José da Cruz Silvério.

8 – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação

Aprovado por maioria, por escrutínio secreto, com 23 votos a favor e 3 abstenções a eleição do Sr. Álvaro Manuel Balseiro Amaro.

9 – Eleição de Representante para integrar o Conselho Local de Acção Social de Palmela

Aprovado por maioria, por escrutínio secreto, com 21 votos a favor, 1 voto contra e 4 abstenções a eleição do Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino e nas suas ausências ou impedimentos um elemento a designar pela bancada do Partido Socialista.

10 – Eleição de Representantes para integrar o Conselho Local de Mobilidade

Aprovado por maioria, por escrutínio secreto, com 19 votos a favor, 1 voto contra e 6 abstenções a eleição dos Srs. Sérgio Manuel Cardoso Almeida, Fernando Miguel dos Santos Nascimento e Carlos José Guinote.

11 – Eleição de Representante para integrar a Comissão de Toponímia do Concelho de Palmela

Aprovado por maioria, por escrutínio secreto, com 20 votos a favor e 6 abstenções a eleição do Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete.

12 – Eleição de Representante para integrar a Comissão Concelhia de Saúde

Aprovado por maioria, por escrutínio secreto, com 20 votos a favor e 6 abstenções a eleição do Sr. Fernando António Figueira Baião.

13 – Eleição de Representante para integrar a Comissão Municipal, no âmbito da Lei nº. 12/2004 de 30/03

Aprovado por maioria, por escrutínio secreto, com 20 votos a favor e 6 abstenções a eleição do Sr. Domingos da Costa Rodrigues.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 23,00 horas do dia 26 de Janeiro de 2006, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores redigi e subscrevi.

Palmela, 26 de Janeiro de 2006